

O Método de Negociação por “Conversações em
Mesa Redonda” na Polónia e Hungria: Uma
perspetiva comparada

António Manuel Resende Lima

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Internacionais

Orientador(a):
Doutora Ana Mónica Fonseca
Professora Auxiliar Convidada, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2017



Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de História

O Método de Negociação por “Conversações em Mesa Redonda” na Polónia e Hungria: Uma perspetiva comparada

António Manuel Resende Lima

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Internacionais

Orientador(a):
Doutora Ana Mónica Fonseca
Professora Auxiliar Convidada, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2017

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Doutora Ana Mónica Fonseca, pela disponibilidade e os ótimos conselhos que foi capaz de me transmitir.

Ao meu Pai, pela revisão rigorosa e assertiva e por ter conseguido ajudar-me quando mais precisei.

Ao Manel, pelo apoio desbloqueador deste projeto e por ter conseguido entender-me quando mais precisei.

À minha Mãe, por nunca ter deixado de acreditar em mim, mesmo quando as coisas pareciam mais complicadas.

Ao Rodrigo, à Luísa e ao Francisco, pela boa disposição constante ao longo de um caminho percorrido em conjunto.

Ao Eduardo, à Marisa e à Daniela, por não estarem de férias no período de realização desta análise e pelas noites e manhãs prolongadas.

Ao ISCTE-IUL, a IGE, à Sala de Estudo e aos Seguranças

RESUMO

As conversações em mesa redonda afirmam-se como um método capaz de gerar negociações num regime ditatorial entre dois grupos distintos. Esses grupos são constituídos pelo partido em governação de um lado e, do outro, pelas forças representativas da oposição ao regime do país em que vivem. Os casos estudados, a Polónia e a Hungria, são países onde se aplicou esse modelo, embora afirmando-se com características distintas: a organização das forças representativas da oposição num só movimento e o papel da Igreja no caso polaco são exemplos dessas diferenças. Os resultados alcançados nas negociações nestes países são igualmente distintos. A repercussão que os resultados das conversações na Polónia tiveram na Hungria permitiu a este país gerar um conjunto de expectativas quanto ao seu processo de democratização. A realização de conversações em mesa redonda depende também de uma condição por parte das forças que representam os vários ideais da oposição, nomeadamente a sua organização enquanto seja uma ou várias estruturas (movimento social ou partido). Tal condição decorre da possibilidade de aprovação de negociações em países que atualmente ainda disponham de regimes não-democráticos. Só haverá acordo na concretização de conversações em mesa redonda com a consolidação dos diferentes ideais da população expressos através de formas de participação política não-convencionais. Caso estas condições não estejam criadas, resta o recurso à intervenção internacional, normalmente de um país terceiro, com o fim de tornar possível a realização das conversações.

Palavras-chave: Conversações em Mesa Redonda, Método, Negociações, Polónia e Hungria

ABSTRACT

The round table talk conversations state as a method possible of generating negotiations in a non-democratic regime, between two opposite groups. These groups are constituted by, for one side, the leading governmental party of the regime and, for the other side, the parties or movements representing the opposition against the government. The studied cases, Poland and Hungary are countries where this model took place, presenting different features: the opposition was composed solely by a movement, and there was the role of the Church are examples of those differences. Comparing the two countries, there is a role descendant from the round table talks from Poland to Hungary, coming from the polish electoral results. On this way, the expectations with the result of the negotiations were different between the countries.

The accomplishment of the round table talks depends on one condition from the opposition forces, being the organization consolidated by one or many structures (social movement or party). These condition is related with the approve of the negotiations in countries that dispose non-democratic regimes. There can only be one agreement on the execution of the round table talks with the opposition's consolidation trough non-conventional political participation. If this condition doesn't show up, the only way for the round table talks to occur is with a third country intervention.

Keywords: Round Table Talk Conversations, Method, Negotiations, Poland and Hungary

ÍNDICE

Glossário de Siglas	v
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Questão de Partida / Objetivos da análise	3
1.2. Metodologia das conversações em mesa redonda	4
1.3 Definição de conceitos.....	5
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	9
2.1 Última década da Guerra Fria, anos 80	9
2.2 A Alemanha enquanto elemento central aos EUA e a URSS.....	13
2.3 A organização da oposição Polónia.....	14
2.4 A organização da oposição na Hungria	16
2.5 Os enfraquecimentos dos Partidos comunistas (PZPR e MZSMP).....	18
3.1 ESTUDOS DE CASO	21
3.1 A desconsideração da URSS e o interesse dos EUA na Polónia e Hungria.....	21
3.2 O estudo das conversações em mesa redonda na Polónia	23
3.3 O estudo das conversações em mesa redonda na Hungria	27
3.4 A comparação das conversações em mesa redonda na Polónia e Hungria	32
4. CONCLUSÃO.....	35
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
ANEXOS	43
ANEXO A – Sintetização das características das conversações em mesa redonda.....	43

Glossário de Siglas

AVH – Polícia secreta húngara (exerceu funções entre 1949 e 1956)

EUA – Estados Unidos da América

Fidesz – Aliança de Jovens Democratas

KOR – Comité de Defesa dos Trabalhadores da Polónia, fundado após 1976

MDF – Fórum Democrático Húngaro

MSzMP – Partido Socialista dos Trabalhadores Húngaros

NATO – Organização Tratado Atlântico-Norte

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PZPR – Partido dos Trabalhadores Unidos da Polónia

RDA – República Democrática da Alemanha

Sejm – Câmara baixa do Parlamento da Polónia

SD – Aliança Democrática, partido satélite do PZPR

SZDSZ – Aliança de Democratas Livres

ZSL – Partido das Pessoas Unidas, partido satélite do PZPR.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste na análise final do Mestrado em Estudos Internacionais, do ISCTE-IUL. A base dessa análise remete para um trabalho de mestrado, onde seriam identificados e comparados os papéis dos atores externos nos processos de transição para a democracia em países da Europa do Leste. A base de trabalho parte da afirmação dos regimes democráticos nos países que anteriormente pertenciam à esfera de influência da URSS. Desta forma, realizar-se-á uma análise às Transições Democráticas em países da Europa do Leste, aprofundando a questão das conversações em mesa redonda, nomeadamente a sua existência e comparação entre estudos de caso concretos: a Polónia e a Hungria. As conversações em mesa redonda assumem-se ainda como um tema capaz de propor uma discussão relativamente a assuntos que interessam ao desenvolvimento do mundo atual pela possibilidade da sua aplicabilidade em casos de transições de regimes autoritários que possuem caracterizações políticas semelhantes.

As conversações em mesa redonda consistem num

“processo de negociações de dois meses, com a participação de 400 pessoas onde foram discutidos principalmente três assuntos, reformas políticas, económicas e pluralismo organizacional, este último relacionado com a legalização do movimento Solidariedade” (Kennedy & Porter, 2000, p. 70).

Os participantes destas conversações apresentam-se em disposições distintas de mesas. Neste sentido, uma das mesas é composta por membros do governo vigente, principalmente do partido comunista, caracterizado como autoritário. A outra é representativa da ascensão da oposição, e é constituída por membros pertencentes a esse partido/movimento social.

Este modo de negociação surge da necessidade da população húngara e polaca de cooperarem em igualdade com os seus governos comunistas, estabelecendo um método capaz de providenciar uma transição democrática pacífica, sem risco de guerra civil e mantendo os interesses de diferentes grupos. Traduzindo-se estas conversações em negociações entre membros do governo e a oposição, são consideradas como uma extradição do antigo regime e também a criação de uma ordem institucional para uma governação democrática (Bózoki, 2000, p. 242). As conversações são reconhecidas como a ferramenta necessária para o desenvolvimento da transição democrática.

Apesar das conversações em mesa redonda na Polónia serem as primeiras deste género a ocorrer em 1989, não são totalmente originais. Anteriormente, terá sido pela sugestão de Jinnah (primeiro líder independente do Paquistão), com o acordo do Vice-Rei, Lorde Irwin, que o Primeiro-Ministro Ramsay MacDonald lançou as primeiras conferências em Mesa Redonda em Londres em 1930 (Wolpert, 2012, p. 5). Desta forma, estas foram divididas em duas grandes conferências, entre 1930 e 1932, tendo sido discutidas com base no debate da independência da Índia e do Paquistão.

Terão sido igualmente nestas conferências que “líderes do Partido Nacional do Congresso da Índia, bem como Jinnah, outros líderes da Liga Muçulmana e príncipes indianos foram convidados a sentarem-se à volta de uma mesa grande, com líderes de Whitehall e Nova Deli, a fim de discutir a melhor forma de trazer representantes de líderes indianos popularmente eleitos para as câmaras do conselho central e de provincial do Raj” (Wolpert, 2012, p. 5)

Desde o começo da década de 80 que subiram os níveis de contestação face ao governo polaco, o que o levou a reconhecer a importância de negociar com os trabalhadores.

Será a “31 de agosto de 1980, no estaleiro de Gdansk que foi oficialmente aceite a primeira união de trabalhadores independentes no mundo comunista: o Solidariedade” (Lévesque, 2010, p. 312)

A constituição do movimento está associada aos trabalhadores operários e ao seu líder, Lech Walesa. O movimento não seria apenas composto por estes membros, pois forjou-se uma aliança entre a Igreja Católica trabalhadores grevistas, e os dissidentes, que resultou numa mobilização sem precedentes da sociedade civil (...) (Friszke, 1994, p. 591) (Resende & Zatyka, 2014, p. 45). Este movimento iria constituir-se como a principal representação da oposição na Polónia.

No caso húngaro, havendo mediatismo com o aumento dos protestos na Polónia, gera-se igualmente um aumento da contestação popular contra o governo que se refletiria através da formação de diferentes partidos políticos (Arato & Miklósi, 2010, p. 357). Esta contestação popular, que se iniciou e foi crescendo ao longo dos anos 80, será a base da realização das conversações em mesa redonda na Hungria. Revelou-se também ser um meio pacífico capaz de abranger os diferentes interesses representativos da população.

Os casos selecionados consistem no facto de a Polónia e a Hungria serem os dois

países em que foi aplicado pela primeira vez o modelo de conversações em mesa redonda. De um conjunto de países da Europa do Leste, como a Checoslováquia, a Bulgária e a Alemanha Oriental, foram os primeiros a organizar a sua oposição e a chegar a um consenso quanto à realização das negociações. Estas marcaram uma vaga de transição para a democracia anterior à dissolução da URSS.

São países que apresentam características diferentes, como a organização da oposição. No caso da Polónia, concentra-se somente no movimento Solidariedade e, no que respeita à Hungria, emerge enquanto sistema multipartidário. Atualmente, ambos os países dispõem de governos associados à Direita do espectro ideológico. Concretamente, a Polónia, desde que se tornou membro da União Europeia, tem evoluído bastante, prevendo-se nos próximos anos taxas positivas de crescimento associado ao PIB. A Hungria, por sua vez, ficou marcada recentemente pela reação ao acolhimento de refugiados, fazendo recordar ideais de conjuntos autoritários.

Devido à importância do tema para as várias ciências, como as Relações Internacionais e a Ciência Política (disciplina onde, de resto, o estudo das transições de regime tem sido mais desenvolvido), existe bastante bibliografia diversificada sobre as conversações em mesa redonda. Por se tratar de um modelo de negociações utilizado no passado recente em várias transições democráticas dos países da Europa do Leste, as conversações em mesa redonda apresentam-se como um modelo de solução que não pode ser desconsiderado na tentativa de resolução de conflitos em países que estejam mergulhados em regimes ditatoriais. Como tal, trata-se de um fenómeno que carece de estudo aprofundado, para apurar os fatores que determinaram o seu sucesso no passado (por exemplo através do estudo das condições e do contexto social da sua aplicação), de modo a compreender os seus efeitos nos acontecimentos imediatamente seguidos (como as eleições nos países em transição) e garantir que o método continuará a ser aplicado com sucesso no futuro.

1.1 Questão de Partida / Objetivos da análise

Qual o papel das Conversas em Mesa Redonda na Transição Democrática da Polónia e Hungria?

Com o desenvolvimento desta análise, pretende-se aferir os motivos que originaram a criação das conversações em mesa redonda na Polónia e Hungria, analisando cada um dos casos individualmente e comparativamente e procurando explicar o desenvolvimento destes processos, que intervenientes participaram e quais foram os temas abordados.

Será também referido qual o papel que as conversações em mesa redonda tiveram no fim do comunismo, através do impacto na sociedade e, posteriormente, em resultados eleitorais. Esta questão surge principalmente em relação à Polónia, já que os elementos participativos

“da oposição ficaram francamente surpreendidos pelo quanto foi alcançado com as negociações. Para além da legalização do Solidariedade, eleições completamente competitivas realizaram-se no dia 4 de Junho de 1989 para um novo senado” (Kennedy & Porter, 2000, p. 71).

Os resultados alcançados distanciavam-se das projeções iniciais do partido, sendo que, nessa fase, o movimento Solidariedade esperava apenas vir a ser legalizado enquanto força política de oposição e não alcançar os resultados eleitorais que viria a conseguir.

Existem duas questões que são alvo de debate na sociedade pós-conversações em mesa redonda. A primeira questão prende-se com uma nova tendência de direita do espectro político por parte de população em países onde se realizaram conversações em mesa redonda. Esta teoria é desenvolvida através de investigações sobre o número de partidos comparativamente entre o final do século da década de 90 e os tempos atuais (Aisch, Pearce, & Rosseau, 2017). Importa frisar também o contexto histórico/condições sociais de cada país durante o período anterior à realização das conversações em mesa redonda.

1.2. Metodologia

Esta análise foi realizada na sequência de uma análise documental, consistindo na leitura e interpretação de vários livros, documentos e artigos científicos sobre o tema. Por outro lado, e de modo a garantir um cunho mais pessoal à análise, procurou-se através da deslocação presencial a Budapeste e Varsóvia/Cracóvia, obter uma maior compreensão da história no terreno.

O tipo de metodologia a ser adotada consistiu numa análise qualitativa, onde se procedeu a uma análise de conteúdos que, através da consulta de dados qualitativos da Polónia e da Hungria, permitiu verificar algumas diferenças em termos de características, com distinto impacto nas respetivas conversações em mesa redonda.

Desta forma, compreendeu-se e descreveu-se como decorreram as conversações em mesa redonda, bem como o próprio processo de transição para a democracia, através da consulta de fontes históricas. Um exemplo destas fontes históricas está nas conferências realizadas sobre as conversações em mesa redonda na Polónia pela Universidade de Michigan, por ocasião da celebração dos 10 anos dos acontecimentos ali vividos (1989/1999). Contou com a participação de antigas figuras relevantes que participaram em vários momentos do processo de transição, como a ascensão da oposição e do Solidariedade. O documento que daí saiu assume relevo por reunir elementos importantes de análise.

Comprovando-se as conversações em mesa redonda como um método capaz de gerar um sistema político democrático, através da criação de sistemas multipartidários e eleições livres, ou em alguns casos, fontes de direito, como a Constituição ou instituições capazes de tutelar o texto constitucional, devem ser estudadas quais as características essenciais que estão por de trás da realização deste modelo de negociações. Para a certificação do método, Polónia e Hungria são países onde o modelo gerou resultados distintos. Esses resultados podem ser verificados através da comparação das expectativas iniciais por parte dos intervenientes das conversações em mesa redonda e com os resultados obtidos.

1.3 Definição de conceitos

No que diz respeito a conceitos chave para uma compreensão do estudo das conversações de mesa redonda, o primeiro assume-se como transição política que se assume-se com base em 4 assunções: 1. O País está-se a mover de regras ditatoriais e transitórias, para uma Democracia; 2. Democratização será um processo de estágio com base em três passos, 11 abertura, avanços e consolidação; 3. As eleições assumem-se como um indicador de grande importância para a democratização e, 4. As condições estruturais começam a ter cada vez uma importância menor (Carothers, 2002). Estes indicadores apresentam-se igualmente enquanto pressupostos para uma certa realização

de todo o processo de transição política. Este conceito é referido igualmente como uma certa doutrina, conhecida enquanto paradigma transitório, e que se entende como qualquer afastamento de um país em relação a um regime autoritário, seja automaticamente intitulado país em transição para a Democracia (Carothers, 2002).

O segundo conceito que importa para um maior entendimento do trabalho, afirma-se como participação política. Este conceito verifica-se como

“o conjunto de ações e comportamentos que aspiram a influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares, bem como a própria escolha daqueles com o propósito de manter ou modificar a estrutura (e, conseqüentemente, os valores) do sistema de interesses dominante” (Pasquino, 2010, p. 74).

Dentro desta análise, afirma-se a importância em relação às formas de participação política não convencional. Nesta linha, a definição parte de Barbagli E Maccelli e recorrendo a autores como Barnes e Kaase,

Pasquino fala-nos que formas de participação não convencionais podem se assumir como:

“Aderir a um boicote; recusar-se a pagar a renda da casa ou os impostos; ocupar edifícios ou fábricas; fazer um sit-in; aderir a uma greve selvagem; bloquear o trânsito com uma manifestação de rua” (Barnes & Kaase, 1979) (Pasquino, 2010, p. 95).

1.4 Estado de Arte

Com a assinatura do Pacto de Varsóvia em 1955, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (União Soviética ou URSS) dispunha de mobilização livre de tropas pelo território de outros países da Europa do Leste como Polónia, Hungria ou Checoslováquia, entre outros. Tal permitiu-lhes controlar algumas decisões dos líderes locais por receio da ocupação militar, passando a URSS a ter um papel efectivo na tomada de decisão de vários Governos destes países do Bloco de Leste. Apesar de alguns distúrbios causados pela presença militar constante pela União Soviética¹, as forças do

¹ Revolução Húngara de 1956, posteriormente apresentada.

Exército Vermelho mantiveram-se em território polaco e húngaro até ao final dos regimes comunistas e consequente dissolução da União Soviética.

O auge do domínio da União Soviética em relação às Repúblicas que pretendia anexar como parte do seu território consolida-se quando pode contar com líderes que governariam de acordo com os ideais soviéticos. Esses líderes chegam ao poder através de eleições fraudulentas ou pela imposição de poder por parte dos Exército Vermelho. Um exemplo de interferência deu-se com a contrarrevolução fomentada por Moscovo em 1956 na Hungria e o consequente assassinato de Imre Nagy, antigo Presidente do Conselho de Ministros da Hungria.

Em relação a teorias do fim do comunismo, o autor Leslie Holmes (1997) fala-nos de várias que explicam o fim do comunismo na União Soviética e nos vários países da Europa do Leste como a Polónia, Hungria, Checoslováquia, Bulgária, os Estados Balcãs, a Roménia e a Jugoslávia. Uma das teorias advém do papel de Gorbatechev enquanto principal líder da URSS. Não sendo apenas Holmes a falar-nos desta teoria,

“muitos dos analistas concordam que Gorbachev era um reformador genuíno mas não um revolucionário – um líder que sabia que a URSS precisava de mudanças significativas, mas que continuava a acreditar que o tipo e a natureza dessas mudanças eram possíveis inserindo-se numa estrutura socialista” (Holmes, 1997, p. 25).

Outro ponto em relação ao fator Gorbachev, na perspetiva que aponta este como um dos responsáveis pelo fim do comunismo, consiste na ideia de que Gorbachev foi visto como tendo empurrado os países da Europa do Leste para perseguirem os seus próprios objetivos, mesmo que isso implicasse o derrube do comunismo (Holmes, 1997, p. 26).

Em relação à política externa soviética, importa também compreender todas as oscilações internas dentro da governação soviética, através das diferentes mudanças do Secretário-Geral do Partido Comunista ao longo dos vários anos (futuramente apresentado). Nesse sentido, a preponderância que a União Soviética teria na Comunidade Internacional começava a ser denegrida, não só devido a motivos enraizados na própria sociedade, mas também com a intervenção militar no Afeganistão. Desta intervenção, constata-se que,

“no fim, as políticas soviéticas no Afeganistão foram causadas por liderança defeituosa e fraca, bem como pelas reações espasmódicas e ponderadas às mudanças geopolíticas no Sul da Ásia e no Médio-Oriente” (Zubok, 2010, p. 102).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

2.1 Última década da Guerra Fria, anos 80

O comunismo nos países da Europa do Leste surge com o fim da II Guerra Mundial e a consequente divisão da Europa em duas partes com ideologias distintas: o lado ocidental, onde prosperava o sistema capitalista com os Estados Unidos e os países europeus como referência, e o lado oriental, composto pelos países da Europa do Leste e pela União Soviética. O seu colapso ocorre entre 1989 e 1991 e está associado a fenómenos como a queda do muro de Berlim ou as conversações em mesa redonda, na Polónia, Hungria, Checoslováquia, pois essas negociações foram capazes de criar as ferramentas necessárias para uma transição democrática pacífica.

Embora com diversas evoluções durante um longo período da História recente, pode afirmar-se que o fim da II Guerra e o Plano Marshall (1947) constituíram o grande primeiro impulso para o desenvolvimento de uma divisão entre países da Europa: de um lado a Europa ocidental e democrática e, do outro, a Europa oriental e comunista. Os impactos desta separação foram vários, assim como as suas evidências, mas o grande marco desta divisão acabará por ser a construção do Muro de Berlim em 1961. Os anos 60 ficam assim assinalados como um período com grande instabilidade histórica, com o exemplo da crise dos mísseis de Cuba. Porém, no início dos anos 70 regista-se uma evolução nas relações Leste-Oeste que passa a ser denominada por “détente”. A détente reflete a definição das zonas de influência das duas superpotências (EUA e URSS) e o compromisso de ambas em não colocar em risco essa influência. Vive-se um período que se designa por guerra fria. O medo de uma guerra de repercussões catastróficas conduz a um ambiente internacional mais calmo e controlado.

A partir do final dos anos 70, assiste-se ao desenrolar da Guerra do Afeganistão (1979), que viria a ser considerada um dos fatores por detrás da queda da União Soviética, não só devido à elevada despesa orçamental, mas também à movimentação de tropas que a operação envolveu e que teve pesadas consequências em perdas de vidas humanas. A retirada das tropas soviéticas deu-se em 1989, graças ao reconhecimento de que a URSS não seria capaz de dar continuidade à Guerra (Holmes, 1997, p. 54). Acabavam de forma inglória as pretensões soviéticas de tomada do poder, através da ascensão de Babrak Karmal ao cargo de Primeiro-ministro Afegão, pois o exército e forças afegãs uniram-se

contra as tropas soviéticas. Com a inexistência de acordos entre a URSS e o Afeganistão e a morte do primeiro-ministro Hafizullah Amin, acontece que em dezembro de 1979, forças soviéticas ocuparam Kabul e as outras grandes cidades, bem como os pontos estratégicos das principais linhas de comunicação e controlo de fronteiras (Saikal, 2010, p. 128). Não prevendo os prejuízos económicos que a guerra poderia trazer para o país, a União Soviética vê-se depois confrontada com grandes encargos devido à intervenção militar.

Apesar de serem apontadas razões de envelhecimento (por teóricos como Archie Brown) ao período final da vida de Brezhnev, não se demonstrou existir grande mudança de políticas praticadas pelo antigo Secretário-geral do PCUS, já que está comprovado que

“o Brezhnev inicial aprovou a invasão da Checoslováquia e o Brezhnev final aprovou a invasão do Afeganistão” (Brown, 2010, p. 458).

Com efeito, o Secretário- Geral do PCUS não foi capaz de medir as implicações que custos da presença de tropas soviéticas no Afeganistão teriam na política externa da URSS.

Com a morte de Brezhnev surgiram dois políticos candidatos à sua sucessão: Iúri Andropov e Konstantin Chernenko. De idade avançada, sucederam-lhe, por períodos curtos, como Secretários Gerais do Partido Comunista da União Soviética.

“Os anos que se manteriam à frente do Partido e do país seriam bastante incertos, com Yurii Andropov a morrer em 1984 e Konstantin Chernenko em 1985” (Holmes, 1997, p. 105).

A crise de sucessão ao principal cargo da União Soviética termina com a ascensão de Mikhail Gorbatchev.

Quando Gorbatchev chega ao poder, os problemas do império soviético – económico, étnico, identidade, racionalidade – já estavam lá em 1985, para quem quer que possuísse o poder” (Holmes, 1997, p. 59). Os problemas que este autor aqui apresenta são representativos a nível da própria conjuntura interna da União Soviética, mas tem em conta que os países sob a esfera soviética começariam igualmente a ser problemáticos (futuro caso da Polónia e Hungria).

Com base nos problemas económicos e militares, seria necessária uma reforma e Gorbatchev considerava que ela era possível, pois

“durante os primeiros três anos do tempo passado no poder – até final de 1987 e pelo menos mais alguns anos depois – acreditava que o sistema soviético era reformável” (Brown, 2010, p. 558).

Era assim lançado o programa Perestroika, que se tornaria o responsável pela maior mudança na estrutura soviética. Como diz-nos Archie Brown, o conjunto de políticas reformistas apresentadas por Mikhail Gorbatchev aquando a sua ascensão a Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética

“passou a representar o desmantelamento do sistema político soviético tal como existira (...) para outros elementos da liderança, não significando mais do que uma reestruturação ou modernização do sistema já existente” (Brown, 2010, p. 559).

Trouxe ainda como consequências para a União Soviética a desintegração de várias Repúblicas, pois contra o esperado (manutenção dos ideais soviéticos), já que, contra a política de Brejnev, Gorbatchev terá deixado bem claro aos líderes europeus do Leste que não iria intervir mais localmente (Mastny, 2004, p. 402).

Paralelamente, no que diz respeito à situação dos EUA na entrada nos anos 80, ela caracteriza-se por um aumento de quase 20% da inflação enquanto o desemprego seria mais do que 7% (Mitchell, 2010, p. 66). Haveria uma explicação para o agravamento destas condições, uma vez que os americanos

“tinham falhado na Guerra do Vietname e na paridade estratégica com a União Soviética; enfrentavam um embargo de petróleo Árabe² e o aumento das economias competitivas emergentes da Comunidade Europeia e Japão, bem como viviam uma crise política provocada pelo escândalo do caso Watergate” (Mitchell, 2010, p. 67).

² Revolução Iraniana de 1979; Guerra do Iraque-Irão de 1980.

Tudo isto parecia ser uma justificação da situação dos EUA. Porém, apesar das condições sociais e económicas negativas na década de 80 explicadas por esses acontecimentos, elas não impediriam as mudanças positivas que se seguiram.

Como referido, o que viria a revelar-se foi que nos anos finais, a administração Carter corrigiu-se, voltando para uma visão maniqueísta simplista do desafio com a União Soviética (Mitchell, 2010, p. 87). Não obstante as dificuldades que os EUA poderiam estar a passar, a verdade é que os problemas da URSS se sobrepunham aos vividos pelos norte-americanos, como a crise da sucessão de Brezhnev ou a Guerra do Afeganistão. Após Jimmy Carter, as políticas internas americanas iriam, porém, mudar bastante, com a eleição de Ronald Reagan em 1981, que se revelaria um impulsionador de políticas neoliberais.

Com a sua chegada à Casa Branca, Ronald Reagan procurou afirmar-se como uma personalidade forte e controversa, ao anunciar que

“honra a decisão de 1979 da NATO em serem implantados mísseis nucleares de médio alcance nos Estados Unidos para combater os SS-20 soviéticos que estariam contra a sua região” (Fischer, 2010, p. 271).

Rapidamente, gerou-se uma onda de protestos, bem como de movimentos de paz, contra a postura considerada “agressiva” do Presidente norte-americano. Os soviéticos recusaram-se a retirar o seu armamento de médio alcance e, por isso, as relações em 1983 entre os dois países estariam ao mesmo nível que durante o período da crise dos mísseis de Cuba.

Na plenitude das suas funções, Reagan nunca pretendia que as relações políticas entre a URSS e os EUA fossem regidas por estas diferenças. Por esse motivo, terão sido desenvolvidos esforços a fim de promover a cooperação entre as duas superpotências. Exemplo disso é um dos seus discursos, onde fala na inexistência de cooperação entre os dois países na promoção da paz mundial (Fischer, 2010, p. 278). Por assim acontecer, os Estados Unidos começam a sofrer pressões externas provenientes de países pertencentes à União Europeia. Reagan não é indiferente a esta desconfiança que se manifesta contra os norte-americanos, já que na sua visão, a Guerra Fria foi construída com base numa certa desconfiança. Se a desconfiança fosse resolvida, outras disputas políticas dissipar-se-iam igualmente (Fischer, 2010, p. 279).

A postura de Ronald Reagan na presidência dos Estados Unidos foi sofrendo alterações ao longo da década. Inicialmente, não teve problemas em definir o regime soviético como o “império do mal” e, por isso, mantém a política de armamento. No entanto, possivelmente devido a outros motivos, como a tentativa de homicídio de que foi vítima, mudou o seu estilo político agressivo, passando a ser um promotor da paz. Começou por reunir cimeiras com o novo líder soviético em busca de um tratado de paz. A preocupação de fundo seria evitar um conflito nuclear, pelo que a postura dos dois líderes se alterou bastante. Gorbachev estaria com Reagan em Genebra, Reiquiavique, Washington e Nova Iorque para conversações sobre o processo de desarmamento, mas o grande acontecimento que marcaria o apaziguamento nuclear foi, sem dúvida, a assinatura do Tratado de Forças Nucleares, por ocasião da visita de Ronald Reagan a Moscovo, em Maio de 1988.

2.2 A Alemanha enquanto elemento central aos EUA e a URSS

Constituindo-se como um dos pontos essenciais para a compreensão da história da Guerra Fria, é necessário consultar a História da Alemanha desde o fim da II Guerra Mundial. O país foi dividido em duas zonas de influência, a federal (lado ocidental, sob esfera dos EUA, França e Grã-Bretanha) e “democrático” (lado oriental, sob a tutela da URSS). Apesar da impossibilidade de passagem de um lado para o outro, em consequência da construção do Muro de Berlim, as relações entre ambos os lados alemães não se tornaram conflituosas. Porém, foi com o

“impacto da invasão soviética em Afeganistão e as decisões da NATO de Dezembro de 1979 de implantar um sistema de mísseis Pershing II e de cruzeiro na Europa Ocidental que se deterioraram as relações Este-Oeste (Haftendorn, 2010, p. 334).

O verão de 1989 será decisivo para as mudanças que estariam a ocorrer na Europa, pois os principais partidos Comunistas nos governos dos países da Europa do Leste começavam a perder o seu poder devido à realização de negociações em mesa redonda. Com esta alteração de paradigma, as pressões face não só à continuação do regime comunista na Alemanha Oriental mas, também, à divisão do país eram cada vez mais significativas. Regista-se um aumento de protestos pacíficos, que não eram propriamente

reprimidos pelo exército e polícia, demonstradores do sentimento de descontentamento na população. Nalgumas cidades da Alemanha de Leste, as manifestações de desagrado chegaram a mobiliar cerca de 1 milhão de pessoas. (Haftendorn, 2010, p. 336). Estes protestos atingiriam o seu expoente máximo com a fuga de inúmeras pessoas que aproveitaram a abertura de fronteiras a refugiados por parte da Alemanha Ocidental em relação a cidadãos de países como a Polónia, Checoslováquia, Hungria e Alemanha Oriental.

As principais mudanças na transição democrática na Alemanha Oriental dão-se com a substituição, em 1989, do Chefe de Estado durante 13 anos, Erich Honecker por Ergo Krenz, a pretexto da sua avançada idade. Uma vez no poder, Krenz promoverá um conjunto de medidas que liberalizam as deslocações para a Alemanha Ocidental. No entanto, como porta-voz do Partido Socialista Unificado Alemanha, o partido comunista que governava a Alemanha de Leste, Gunther Schabowski erradamente anunciou, numa conferência de imprensa internacional, transmitida em direto, que todas as leis para viajar ao estrangeiro tinham sido derogadas. Mal a notícia se espalhou, verificou-se de imediato uma concentração de massas nas várias entradas do Muro de Berlim. O número de pessoas foi crescendo de tal modo em pouco tempo que os guardas fronteiriços não tiveram outra opção do que abrir as barreiras e permitir a livre circulação cidadãos. Sobre esta cedência da passagem, a autora Helga Haftendorn refere que os líderes militares e políticos deixaram de simplesmente dar ordens, não contestando a sua opinião (Haftendorn, 2010, p. 340).

2.3 A organização da oposição Polónia

Em relação à oposição na Polónia, está espelha no movimento Solidariedade. Este movimento

“teve várias raízes: na dissidência intelectual de 1960s e 1970s, num movimento de trabalhadores anticomunistas que já há algum tempo se mantinha à superfície na República Popular da Polónia e na Igreja Católica”
(Kennedy & Porter, 2000, p. vi).

A sua origem é também proveniente de vários traços da sociedade. Inicialmente, o Solidariedade assumiu-se como uma federação sindical de grande dimensão. Depois,

com os acordos das mesas redondas, constituir-se-ia como um partido político candidato contra o principal partido no poder, o PZPR.

Não equacionando os protestos anteriores à década de 80, a primeira greve de grande impacto na Polónia dá-se no estaleiro Lenine, em Gdansk, em 1980, a que se seguiu uma

“vaga de greves envolvendo 300 000 trabalhadores e espalhando-se pela Polónia, depois do Governo anunciar um aumento de cerca de 100% no preço de alimentos, com o intuito de diminuir o crescimento das importações polacas e diminuir a dívida externa” (Lévesque, 2010, p. 312).

É, pois, nesse ano de 1980 que a oposição se consolida como uma entidade com a legalização do movimento Solidariedade, tornando-se, desse modo, o primeiro Sindicato independente a ser reconhecido oficialmente por um Governo Comunista. Contaria com uma larguíssima adesão de pessoas e seria reconhecido internacionalmente, por representar um dos impulsionadores da mudança de regime na Polónia.

O movimento de greves em fábricas na Polónia cedo se alastra a outros países. Num relatório realizado pela polícia secreta soviética, KGB, em 1981, informa-se que as fábricas nas Repúblicas Bálticas foram tomadas por greves fomentadas por trabalhadores polacos. Esta situação terá apavorado os dirigentes soviéticos, já que era bem demonstrativo do aumento dos níveis de contestação em países onde exerciam a sua influência. Em resposta, decidiram fechar as fronteiras da Polónia e acabar com o turismo, programas de estudantes e trocas culturais (Zubok, 2010, p. 105).

Lech Walesa, um electricista que trabalhava no estaleiro naval de Gdansk, destaca-se como o principal rosto do Solidariedade. Sentindo-se desconfortáveis com a sua capacidade em liderar trabalhadores descontentes com as condições de trabalho naquele estaleiro, as autoridades polacas prendem-no em várias manifestações de contestação mas acabam, depois, por o libertar mais tarde. Não obstante, alcançaria a maior projeção internacional, consagrada através da nomeação e atribuição do Prémio Nobel da Paz em 1983 (Judt, 2005, p. 683). Lech Walesa lutou a favor da liberdade e dos direitos dos trabalhadores polacos e, com o seu exemplo de coragem e determinação, mobilizou a população do seu país por uma causa. Não lhe faltou também a admiração dos que, fora da Polónia, seguiram a sua luta.

Apesar de se constituir como movimento sindical independente do Partido Comunista no poder, o Solidariedade conseguiu ser a força na Polónia que nenhum partido conseguiu ser na Hungria. Os valores que o movimento defendia inicialmente, na ótica dos direitos dos trabalhadores, levá-lo-ia, posteriormente, muito mais longe na defesa da realização de eleições livres e justas, da instauração da Democracia, da restituição da soberania nacional e da garantia de direitos civis. A aproximação entre o movimento fundado em Gdansk e a população polaca foi muito expressiva, chegando a ser invocada no congresso de 1981 a adesão de 10 milhões de polacos (Sandecki & Was, 2010).

2.4 A organização da oposição na Hungria

A contestação popular na Hungria em relação ao domínio soviético exercido pelo Pacto de Varsóvia até à realização das primeiras eleições democráticas neste país, atingiu o auge com a revolução de 1956. Esta, tendo sido iniciada por estudantes, aglomerou pessoas de todos os estratos sociais contra o controlo soviético existente e contra a polícia política húngara, a AVH. No meio de inúmeros protestos sangrentos, por repressão das autoridades, os húngaros conseguem a nomeação de Imre Nagy como Primeiro-Ministro. É contra a existência de um sistema de partido único e pronuncia um discurso onde refere a retirada da Hungria do Pacto de Varsóvia³ (Brown, 2010, p. 332). Como seria de esperar, os líderes soviéticos veem estas declarações como uma afronta⁴ e, assim, mobilizam as suas tropas para Budapeste e outras cidades da Hungria.

Depois da tomada de Budapeste pelas tropas soviéticas e afastado Imre Nagy, Janos Kádár foi o político escolhido para liderar a Hungria. Quando chega ao poder, aumenta a repressão política, gerando um aumento de vítimas provocadas pela violenta atuação das autoridades policiais. No entanto, apesar de a sua liderança estar marcada pela criação de um clima de repressão, pratica uma política de mudança económica com um “Novo Mecanismo Económico”, a par de uma abertura do regime a políticas económicas e sociais a favor da população. Com esta pretensa “liberalização” do regime, procura-se fazer crer que

³ Pacto de Varsóvia consistiu num tratado militar assinado em 1955 entre a URSS e países da Europa Central/Leste

⁴ A perda da Hungria seria tremenda para a sua esfera de influência.

“por diferentes períodos de tempo entre 1970 e 1980, não havia prisioneiros políticos na Hungria, criando a ideia de popularidade de Kádár” (Lévesque, 2010, p. 320).

A verdade, porém, é que o regime não cuida de promover os direitos fundamentais, nem a existência de um sistema multipartidário, em que pudesse ser exercida a liberdade de voto.

Na Hungria, no início da década de 80, afirmam-se três grupos distintos de partidos que se apresentavam como uma alternativa eleitoral, ainda que a sua existência fosse ilegal. Viriam a participar nas futuras conversações em mesa redonda. O primeiro e segundo grupo são provenientes de grupos democráticos dissidentes e de um círculo de autointitulados escritores populistas (Arato & Miklósi, 2010, p. 357). O primeiro daria lugar a um partido de cariz liberal, o SZDSZ; o segundo assumiria uma posição nacionalista e populista, que ficaria conhecido pelo MDF; por fim, o terceiro grupo, o FIDESZ, ou Aliança de Jovens Democratas, emergiu de várias associações de estudantes que conseguiram algum nível de permanência no início de 1988 (Arato & Miklósi, 2010, p. 357).

Com o aumento da inflação ao longo da década de 80 e o estado da dívida externa do país, a Hungria recebe um alerta por parte da comunidade internacional. Tomando como pretexto o agravamento económico, bem como a falta de liberdade existente, a população húngara reage e afirma não sentir-se suficientemente representada. Trabalha-se, então, na criação em 1988 do Fórum Democrático Húngaro, mais consentâneo com os anseios dos húngaros. Ao contrário do que seria expectável, este novo movimento não foi contestado pelo Partido único aceite pelo regime, MSzMP (Holmes, 1997, p. 67).

De referir que a importância dada ao aparecimento dos partidos não foi, por si só, suficiente para surgirem conversações em mesa redonda, mas seria a cooperação crescente entre as organizações da oposição que resultaria na formação da ‘mesa da oposição’, convocada para prevenir o Partido único de fazer com que diferentes organizações se predisponham umas contra as outras (Pittaway, 2003, p. 60).

Uma das principais diferenças que se constata entre a Polónia e a Hungria advém da conceção da oposição ao regime, já que “na Hungria, não houve nenhum único movimento unificado de oposição comparável ao Solidariedade, com suporte popular demonstrado, autoridade inquestionável e líderes conhecidos a nível nacional” (Arato & Miklósi, 2010, p. 358). Assumindo-se como a oposição mais consolidada, que se

materializava por intermédio de diversas manifestações, o Solidariedade conseguiu, desse modo, originar as negociações em mesa redonda.

2.5 Os enfraquecimentos dos Partidos comunistas (PZPR e MZSMP)

Sobre o próprio Partido Comunista polaco, Kennedy e Porter consideram que existiram algumas divisões internas, de cariz liberal/reformador, entre os seus membros. Apesar de alguns deles, como o General Jaruzelski, acreditarem na possibilidade de manutenção do regime comunista, a defesa de ideais democráticos já estaria enraizada em membros pertencentes à própria estrutura do partido, embora nunca de forma evidenciada ou demonstrada (Kennedy & Porter, 2000, p. 33).

De registar que os líderes governamentais polacos nunca deixaram de exercer pressão sobre os dirigentes do Solidariedade e, por isso, muitos acabaram por ser presos. Porém, em 1986, alguns foram libertados, sob ordem do General Jaruzelski, e convidados a participarem num novo “Ministério de Reforma Económica”, com o intuito de discutir alterações económicas (Judt, 2005, p. 683). Esta situação terá sido provocada por pressões provenientes dos EUA em relação ao interesse da Polónia em entrar no FMI, demonstrando igualmente um papel de influencia dos norte-americanos na tomada de decisão do poder polaco.

No que diz respeito ao sistema partidário do país, este sofre alterações (pluralismo partidário) com as eleições, já que

“a derrota eleitoral devastadora foi não só o começo do fim do Partido mas, também, o fim da coligação com os outros dois partidos satélites. Tal circunstância influenciou a relação entre o PZPR e os seus parceiros de coligação (ZSL e SD), levando a mudanças substanciais nos três partidos, que governaram durante 40 anos” (Gebethner, 1997, p. 389).

Percebendo que se aproximava o fim destes partidos, dirigentes decidiram por isso afastar-se, sob pretexto de não quererem ver a sua reputação manchada.

Um antigo Presidente da Polónia, Aleksander Kwasniewski, apresenta-nos a perspectiva de que as conversações em mesa redonda foram “causadas por fraqueza. O Partido estaria fraco, o Governo estaria fraco e o Solidariedade estaria fraco. A União

Soviética estaria fraca, também. Toda a gente estava fraca, mas, por outro lado, tudo resultou da força das pessoas que pensaram que um contragolpe seria possível e poderia ser feito” (Kennedy & Porter, 2000, p. 50).

Na entrada da década de 80, a situação política interna não estaria favorável à Hungria, onde Mark Pittaway constata que “terá sido para grande parte dos húngaros uma década de austeridade, enquanto os padrões de vida estagnaram e elementos chave do socialismo, como o pleno emprego, foram abandonados” (Pittaway, 2003, p. 58). Este descontentamento da população não seria apenas causado pela má performance a nível económico mas igualmente pela situação de descrédito do Partido comunista.

Desfavorecido pelas dificuldades económicas sentidas na Hungria, o Partido reconhece a necessidade de promover uma rutura com o passado e muda o seu nome para MZSMP. Em consequência, compromete-se a fazer melhorias em políticas sociais e na qualidade de vida (Pittaway, 2003, p. 57). As reformas de Kádár iriam gerar problemas internos no Partido, pois verifica-se que,

“tal como Jaruzelski (na Polónia), todos os reformadores húngaros, incluindo o substituto de Kádár, Karoly Grosz, concordavam que o sistema político deveria ser aberto à população (Lévesque, 2010, p. 320)”.

Nesse sentido, um dos exemplos da abertura à oposição acontece quando no “ano de 1985, o MZSMP permitiu eleições com multi-candidatos pela primeira vez, embora nenhum partido, além do MSZMP, tenha sido autorizado. Pela primeira vez, candidatos independentes foram eleitos em oposição a candidatos partidários” (Pittaway, 2003, p. 58). Os reformadores que apelaram a Karoly Grosz para uma mudança política na Hungria, não eram meros militantes, já que, como Pittaway nos diz,

“pelo fim de 1988, o grupo dirigente do MSZMP começou a discutir o papel de liderança do partido e a democratização do sistema político” (Pittaway, 2003, p. 60).

Com o aumento da contestação, surgiram novas facções internas no MSzMP, do que resultou o afastamento de János Kádár, também por motivos de saúde (Lévesque, 2010, p. 320). Seria, assim, uma questão de tempo até que o Partido enfraquecesse e os

seus membros se juntassem aos novos partidos. Com os inquéritos populares a indicarem que o apoio democrático estaria a aumentar a favor das forças desalinhasdas com o regime, o MSzMP decidiu juntar-se, numa só “mesa”, ao Fórum Democrático Húngaro.

3. ESTUDOS DE CASO

3.1 A desconsideração da URSS e o interesse dos EUA na Polónia e Hungria

A reação da União Soviética em relação ao aumento da contestação e consequente surgimento das conversas em mesa redonda seria diferente do esperado. No princípio, afirmava-se que a URSS iria intervir com o fim de impedir a realização das conversações em mesa redonda, por serem um mecanismo da transição para a democracia. Porém, Mikhail Gorbachev estava a ser um impulsionador de reformas no regime soviético e, por isso, as suas políticas teriam de ser de acordo com fatores internos (perestroika e glasnost), e não tanto com a intervenção estrangeira.

Autores como Hayden afirmam a premissa de que, apesar de

“os fatores estruturais e externos terem criado as condições necessárias para uma mudança de regime em 1989, estes não foram condições suficientes para precipitar o colapso do comunismo na Polónia” (Hayden, 2001).

Desta forma, compreende-se que, não obstante o desinteresse que Gorbachev teria na Polónia e Hungria, as principais mudanças do regime surgiram devido a fatores internos dos países e não por causa do aparente distanciamento de Gorbachev. De facto, o desinteresse apenas revelou-se passivo face à abertura do regime.

O impacto que a transição para a Democracia teve na Polónia e na Hungria é revelador de um declínio da estrutura da política soviética, acentuado com o desenvolvimento da Guerra do Afeganistão. A mobilização de tropas para a Guerra do Afeganistão não permitiu disponibilizar o apoio militar necessário para apaziguar o crescimento da oposição e o consequente agendamento das conversações em mesa redonda na Polónia e na Hungria

Neste período, Gorbachev ambicionava alterar a estrutura das suas relações entre blocos, principalmente com os Estados Unidos. O aumento de sanções financeiras por parte dos Estados Unidos estaria a agravar-se, havendo o risco de isolamento da União Soviética. Afirmando-se contra o isolamento a que estaria sujeito na Comunidade Internacional, Gorbachev promoveu a assinatura de Tratados Internacionais que visavam a promoção da paz e a fim da utilização de armas nucleares (Shipler, 2017).

O comportamento de Mikhail Gorbachev em relação à Comunidade Internacional, de pretender apaziguar as relações, foi o

“catalisador da mudança na Hungria, a frustração dos jovens comunistas ‘reformistas’ – abertamente entusiasmados com as transformações que Gorbachev estava a fazer no PCUS – com a inflexibilidade da envelhecida direção do seu próprio Partido” (Judt, 2005, p. 687).

A frustração dos jovens comunistas na Hungria deve ser visto como um dos aspetos que levou ao processo de transição para a Democracia.

O que Lévesque atenta, por sua vez, é que para ganhar melhor posição da URSS na Europa, Gorbachev precisava de um mínimo de coesão em termos de política-estrangeira com o Pacto de Varsóvia, nem que fosse de uma maneira diferente” (Lévesque, 2010, p. 322). O que finalmente se revela é que o dirigente soviético, com base nas suas políticas internas, tem uma visão semelhante para a política externa, relacionada com a abertura do sistema partidário. Deste modo, o facto de

“Mikhail Gorbachev declarar ao General Wojciech Jaruzelski, durante a visita a Varsóvia no verão de 1988, que não via obstáculos à inclusão do Solidariedade na esfera política, faz com que as negociações para uma transição política ganhem maior velocidade” (Resende & Zatyka, 2014, p. 48)

Devido à presença e poder em OIs, aos EUA é-lhes reconhecido internacionalmente um papel de apoio em relação à oposição polaca ou através do

“Solidariedade, [que] era amplamente financiado pelos EUA. Foram os EUA que deram o mais insistente apoio oficial aos manifestantes de Berlim e de outros sítios – assim que se tornou claro que provavelmente ganhavam” (Judt, 2005, p. 711).

O autor quis ainda evidenciar que não devia ser assumido, para já, que as populações dos países da Europa do Leste estivessem encaminhadas para o modo de vida americano.

3.2 O estudo das conversações em mesa redonda na Polónia

No que diz respeito à evolução histórica da Polónia e da Hungria no período pós-II Guerra Mundial, estes países apresentam diferenças relativamente ao processo de democratização. Podem ser comparados, porque em ambos os casos houve semelhanças, como as conversas em mesa redonda, mas também divergências, como ao nível de contestação da oposição face ao governo comunista, que foi superior na Polónia quando comparado com a Hungria.

A Polónia afirmou-se como o primeiro país a desenvolver um conjunto de transformações revolucionárias na Europa do Leste em 1989 (Lévesque, 2010, p. 312). Desde cedo, este país foi bastante contestatário⁵, por haver uma mobilização da oposição constante ao longo dos anos em relação ao regime comunista. Os polacos conseguiram paralisar o país através de uma série de greves e manifestações, desde o início da década de 70. Considera-se ainda que

“a Polónia foi a maior turbulência persistente e a mais problemática de todos os aliados comunistas da União Soviética na Europa” (Millard, 2003, p. 23)

Os criadores do Movimento, principalmente Lech Walesa, não procuraram que as suas ações pudessem ser entendidas como estando relacionadas com a ideia de o transformar num partido político. Porém, terá sido o rumo tomado pelo movimento com o crescente nível de adesão popular. Como já referi, ao longo da década de 80

“os membros do Solidariedade aumentaram para 10 milhões, numa população de cerca de 35 milhões” (Lévesque, 2010, p. 312).

Um sinal muito eloquente do aumento do poder da oposição na Polónia está também no papel que a Igreja Católica teve contra o Comunismo. A escolha em 1978 do Cardeal de Cracóvia, Karol Wojtyla, para Papa (Judt, 2005, p. 661) gerou um enorme sentimento de união entre a população polaca, por saber da relação que o novo Papa tinha com os ideais liberais. Esse sentimento fortaleceu-se com as visitas que João Paulo II fez

⁵ Quando comparado com outros Estados Socialistas que também faziam parte do Pacto de Varsóvia.

à Polónia. A primeira decorreu em 1979, em Varsóvia. Deixou aos seus compatriotas uma palavra de incentivo. Voltou em 1983, da qual se destaca um encontro entre o Papa e o General Jaruzelski. Posteriormente, a mais importante, em 1987, pelas principais cidades polacas. O seu discurso ficou marcado por ser de cariz político, com uma forte mensagem de apelo a uma abertura do regime transmitida numa missa perante uma multidão de polacos e na presença dos principais cargos do Governo Comunista e do Primeiro-Ministro Jaruzelski. (Zubok, 2010, p. 105).

A questão da Igreja deve ser considerada neste estudo pelo ao papel que exerceu, uma vez que

“uma tal mudança de posição (...) – do compromisso para a resistência – poderia ter um impacto desestabilizador, ao colocar um desafio aberto ao monopólio de autoridade do Partido [PZPR]” (Judt, 2005, p. 663).

Por sua vez, a ligação entre a Igreja Católica e a população passou a ser reforçada com a criação do Comité de Defesa dos Trabalhadores (KOR), de Jacek Kuron, autor da famosa Carta dos Direitos dos Trabalhadores (Judt, 2005, p. 663). A visita carismática de João Paulo II, durante a imposição da lei marcial da Polónia, permitiu-lhe demonstrar a sua indignação face aos constrangimentos impostos sobre as liberdades individuais dos cidadãos polacos.

Considerando o papel da Igreja na transição democrática, um grande exemplo do poder e influência do Papa é o agendamento de uma reunião⁶ que realizou jcom o General Jaruzelski. A reunião ficou marcada pela oratória de João Paulo II, onde o Papa

“demonstrou a sua grande cultura e diplomacia, porque em substância, usou palavras e frases que não poderiam ser discutidas⁷” (Bernstein & Politi, 1996, p. 383).

Jaruzelski não conseguiu grande margem de manobra, tendo o discurso do Papa um papel decisivo no fim da Lei Marcial de 1981 e, conseqüentemente, ao longo dos anos 80, em relação ao regime comunista.

⁶ A pedido do Papa de véspera em Wawel, o castelo emblemático de Cracóvia.

⁷ Os principais temas foram os Direitos Humanos.

Outro encontro que se revelou importante foi entre o Papa João Paulo II e Lech Walesa em 1983. Este decorreu de forma “misteriosa”, já que pouco foi o contacto entre o Papa e o antigo operário polaco. Tanto o fundador do Movimento como o Papa não queriam mediatismo em relação ao encontro, pois poderia ser incitador de violência e protestos (Bernstein & Politi, 1996, p. 385). De qualquer modo, revela-se importante porque João Paulo II pôde informar Lech Walesa do fim da lei marcial, o que constituía uma excelente notícia o Solidariedade.

Falando do papel da Igreja nas negociações,

“membros do Clero estiveram presentes não só na mesa redonda, como se tornaram uma presença constante nas conversações informais que envolviam um grupo muito restrito de negociadores e onde algumas decisões fundamentais foram tomadas” (Resende & Zatyka, 2014, p. 48).

De salientar que as negociações nunca se detiveram sobre o papel da Igreja na sociedade. Os historiadores Kennedy e Porter, ao entrevistarem um bispo polaco, Alojzy Orszulik, assinalam que, em relação à Igreja, refere que “a nossa preocupação focava-se na nação, no país, nas mudanças no país, na melhoria da situação na Polónia, e a vida das pessoas” (Kennedy & Porter, 2000, p. 38). Envolver a religião numa discussão onde o bem comum da população era o mais importante poderia levar a divergências.

Jaruzelski, ao contrário de Gorbachev, não desvalorizou o papel da Igreja e, por isso, propôs ao líder soviético que olhasse para o Vaticano como um poder que partilha de valores do socialismo, e que não é necessariamente um aliado implacável do capitalismo (Bernstein & Politi, 1996, p. 450). Jaruzelski, enquanto Primeiro-Ministro de grande parte da segunda metade do século XX, reconhece a importância do papel da Igreja como elemento de grande valia para a relação entre o Governo e povo. Com as mobilizações do Papa João Paulo II e conseqüente cobertura da imprensa internacional, conseguiu, de facto, suscitar o interesse de Mikhail Gorbachev. Interessante a apreciação da historiadora portuguesa Madalena Meyer Resende:

“a Igreja polaca apoiou a formação do Solidariedade no verão quente de 1980 mas nunca perdeu a importância, de tal modo que permaneceu uma intermediária que o regime confiou no decorrer das negociações com a oposição” (Resende & Zatyka, 2014, p. 43).

Jaruzelski, cumprindo uma vontade de abertura do regime, anunciaria,

“durante o plenário do Comité Central, a criação de uma câmara alta no parlamento a 13 junho de 1988. A intenção era integrar alguns elementos pluralistas na instituição e incluir a oposição” (Resende & Zatyka, 2014, p. 47).

Apesar de Jaruzelski partilhar essa mentalidade, a “linha dura do partido recusou-se a negociar diretamente com o Solidariedade, e, por essa razão, a liderança moderada do Partido decidiu pedir ao Cardeal Józef Glemp, arcebispo de Varsóvia, que atuasse como intermediário em relação à oposição” (Resende & Zatyka, 2014, p. 47). Novamente aqui se revela o papel da Igreja de moderação entre o Partido Comunista e do Solidariedade.

O grande passo com vista à transição para a democracia seria dado quando no dia 7 de Abril, de 1989, os acordos da mesa redonda foram assinados (Lévesque, 2010, p. 317). Este dia é o mais importante para movimento criado em Gdansk, pois é reconhecido enquanto organização social e força política representativa da oposição⁸. Com o agendamento de eleições, também ficou claro que a transição decorreria de forma gradual, seguindo prazos estipulados

Nesse sentido, chegou-se a acordo que a oposição iria competir por 35% dos 460 lugares da Assembleia Legislativa, sendo os outros 65% destinados ao PZPR e aos partidos satélites” (Lévesque, 2010, p. 317). Porém, para contrabalançar este poder da Assembleia, seria criado um novo Senado, em que todos os lugares eram elegíveis pela população. Igualmente importante seria a regra que, para haver um veto no Senado, era necessário uma maioria de dois-terços do coletivo. Apesar de ainda perdurarem limitações a um regime democrático pleno, como a manutenção do principal partido no poder⁹, o futuro resultado eleitoral não deixaria de ser indicação significativa da mudança que os acordos da mesa redonda teriam permitido.

Aquando a realização das primeiras eleições na Polónia, os resultados foram bastante diferentes da projeção inicial. Como se verifica,

⁸ A grande generalidade dos polacos dá mais importância ao dia dos primeiros resultados eleitorais, do que propriamente a este dia (Kennedy & Porter, 2000)

⁹ Por exemplo através da eleição/manutenção do General Jaruzelski como Primeiro-Ministro (Gebethner, 1997).

“o PZPR manteve a sua representação no Sejm, por causa do acordo pré-eleitoral, garantindo assim ao partido mais de um terço dos lugares. Quanto às eleições para o Senado, o Solidariedade ganhou 99% dos lugares na segunda câmara (...)” (Gebethner, 1997, p. 384).

Sem dúvida, o resultado apurado é bem revelador da vontade popular da Polónia, Na verdade, tornara-se muito claro que a população procurava uma rutura com o antigo regime. Ainda uma peculiaridade a referir: alguns dos candidatos eleitos através das listas do PZPR eram conhecidos da população por pertencerem à ala mais reformadora do partido.

Em todo este processo, há que destacar o grande esforço do General Jaruzelski para que tudo corresse bem, dado que terá sido um dos responsáveis pela organização. Efetivamente, o desafio era para ambas as partes. Posteriormente às eleições de 1989, a Igreja manteve um papel preponderante de acompanhamento. Depois da

“vitória do Solidariedade, os comunistas recearam que o Sindicato não cumprisse o acordo de que 65 por cento dos lugares no Parlamento permanecessem sob controlo comunista”(Resende & Zatyka, 2014, p. 48).

3.3 O estudo das conversações em mesa redonda na Hungria

Na Hungria, o processo de transição foi distinto. Havia abertura ao estrangeiro por decisão do próprio regime. Tony Judt diz-nos que, na década de 70, a Hungria “foi visitada (e implicitamente favorecida na mesma década) por dois secretários de Estado dos EUA, e pelo vice-presidente George Bush” (Judt, 2005, p. 687). A ocorrência de várias visitas ao mais alto nível por parte dos políticos norte-americanos era revelador de uma mudança e abertura do regime ao diálogo com forças ocidentais.

No que diz respeito ao contexto histórico na Hungria, como nos refere Jacques Lévesque,

“o regime húngaro foi o mais audaz na implementação de reformas, mesmo em tempos de intolerância soviética considerável” (Lévesque, 2010, p. 319).

Como já foi destacado, Janos Kádár desenvolveu um conjunto de medidas económicas designado por “Novo Mecanismo Económico”. Para tanto, baseou-se na descentralização do poder económico e no estímulo ao sector privado. A implementação destas reformas surge a fim de melhorar a reputação do MSZMP junto da população húngara, Os húngaros não esqueceram que o partido não só colaborou até 1989 com a União Soviética como é apontado como um dos principais responsáveis pela morte do antigo Primeiro-Ministro húngaro, Imre Nagy. Numa tentativa de esbater o descontentamento popular, o Primeiro-Ministro, Janos Kádár, procurou uma política de inclusão e reconciliação, enquanto introduzia mecanismos de mercado na economia e permitia o desenvolvimento de determinados sectores privados (Lévesque, 2010, p. 320).

Porém, nesse contexto de mudança, Pittaway diz-nos que, “com a ascensão de Mikhail Gorbatchev à liderança soviética em 1985, a posição internacional da Hungria abriu a porta a uma grande mudança política (Pittaway, 2003, p. 59). Não obstante os esforços de Janos Kádár para que o regime fosse aceite pelo povo húngaro, a chegada de Gorbatchev ao poder desestabilizou as relações entre o Primeiro-Ministro e o Partido, isto porque reformas mais ousadas eram necessárias e o líder húngaro se recusou a ceder a pressões provenientes do próprio MSZMP (Lévesque, 2010, p. 320).

Em relação às conversações em mesa redonda, estas negociações vão desde Abril a Setembro de 1989, resultando nas primeiras eleições multipartidárias da Hungria, em Dezembro desse mesmo ano. O método das conversações em mesa redonda levou a que a transição para a democracia não seja um processo revolucionário, mas sim reformador. Foi possível um consenso entre o Governo e os partidos da oposição. Ou seja, desta vez, não ocorreu nenhuma revolução ou tomada de poder através de ação militar ou popular, mas, sim, funcionou um sistema eleitoral preparado no conjunto de reuniões da mesa redonda durante o período de negociação entre os vários polos (Holmes, 1997, p. 68).

A composição na mesa da oposição “foi criada em Março de 1989, para trazer em conjunto seis partidos, um círculo e uma união independente para propósitos de negociação com o Partido ainda no poder” (Arato & Miklósi, 2010, p. 384).

Crê-se que “a aceitação dos líderes partidários na eleição livre se baseou na convicção dos resultados que as suas reformas estariam a ter” (Lévesque, 2010, p. 321).

As conversações em mesa redonda na Hungria eram constituídas por duas mesas, uma nacionalista, com membros em representação do Governo, e outra composta por membros da oposição. A mesa nacionalista seria responsável pela redação da Constituição e pelo acordo de criação do Tribunal Constitucional, este com o intuito de supervisionar a Constituição. A instituição da Constituição e do Tribunal Constitucional apresentava-se consistente com o projeto de liberalização controlada, em que eleições parcialmente livres e o aumento generalizado das regras da lei voltariam a legitimar o sistema parcialmente autoritário” (Arato & Miklósi, 2010, p. 375).

Com o decorrer das conversações em mesa redonda, procurou-se

“criar uma lei básica que estabelecesse os passos em direção a uma democracia liberal, para um possível desenho parlamentar republicano sob orientação das melhores fontes europeias alemãs e francesas” (Arato & Miklósi, 2010, p. 378).

Um exemplo disso foi a proposta avançada por um dos partidos, o MSZMP, que consistia “um modelo misto, pondo em conjunto, ao estilo francês, uma presidência diretamente eleita com um Primeiro-Ministro com responsabilidades parlamentares (estilo alemão)” (Arato & Miklósi, 2010, p. 374). O objetivo era, pois, conceber um tipo de regime que se equilibrasse/supervisionasse a si mesmo.

Ao chegarem ao fim das conversações, “houve acordo nas alterações para a Constituição necessária à efetivação da transição da Hungria para uma política competitiva e uma nova lei eleitoral que garantisse uma nova assembleia nacional multipartidária (Pittaway, 2003, p. 61). As conversações levaram ainda à assinatura de uma Constituição Democrática-Liberal que estabeleceu a fundação de um sistema político parlamentar que veio a revelar-se como um sucesso (Arato & Miklósi, 2010, p. 350). As conversações foram, pois, determinantes na transição para a democracia, na medida que criaram os mecanismos para um processo pacífico.

Relativamente à elaboração do sistema eleitoral e distribuição de lugares, o método reflete-se num sistema misto, devido à existência de pressões políticas conflitantes que resultam de uma lei eleitoral extremamente complexa que os leitores médios não seriam capazes de compreender (Racz, 1991, p. 108). O sistema eleitoral preparado representa, pois, um compromisso entre o método de eleição de membro único [o chamado, vencedor leva tudo] e listas nacionais mandatárias (Racz, 1991, p. 108).

Como diz Racz, tendo em conta a diversidade de sistemas eleitorais existentes, um dos motivos para a escolha deste método advém de uma tentativa do Partido Elite em salvaguardar a sua futura entrada no Parlamento, caso fosse derrotado nas eleições (Racz, 1991, p. 108).

O equilíbrio de poderes ambicionado pelas conversações em mesa redonda surge justificado pelo receio de interferência. Isto é, o Parlamento e o Presidente da República devem colaborar na gestão dos seus poderes. Existindo um Primeiro-Ministro/Governo com maioria Parlamentar, aliado a um Presidente da República do mesmo Partido, poderá haver um constrangimento caso ocorra um conflito entre o poder legislativo e executivo. A criação do Tribunal Constitucional teve em vista, fundamentalmente, supervisionar a inviolabilidade da Constituição.

O primeiro documento relativo à Constituição de 1989-90 assume um papel institucional e simbólico. Nas alterações ao texto constitucional, modificado por um referendo de novembro de 1989 – e, depois, por via dos dois grandes partidos nas eleições de 1990 (Arato & Miklósi, 2010, p. 368) – András Bózoki não deixa de chamar a atenção para o facto de que a Constituição Húngara estabelece ainda que a força líder da sociedade é o MSZMP (Bózoki, 2000, p. 242).

Após as eleições de 1990, e no período embrionário da Democracia húngara, Arato e Miklósi consideram natural que

“o Tribunal Constitucional providenciasse uma interpretação muito robusta da liberdade de expressão, abolisse a pena de morte e autoritariamente resolvesse conflitos de competências entre o Presidente da República e Primeiro-Ministro” (Arato & Miklósi, 2010, p. 369).

Neste contexto, importa ainda referir que, no decurso das conversações, um momento marcante para a história da transição terá sido a realização do referendo da Hungria de 1989. Surgindo por uma iniciativa de dois partidos das mesas da oposição, o SZDSZ e o FIDESZ, levaram a debate público quatro questões. Os resultados foram negativos (de acordo com as expectativas) para três questões sobre o antigo regime, como a manutenção de estruturas corporativas associadas ao Partido Comunista (Arato & Miklósi, 2010, p. 362). Quanto à última, dizia respeito à relação de poder entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro.

O historiador András Bozóki apresenta-nos também uma perspectiva do período posterior às conversações, baseando-se num discurso do atual Primeiro-Ministro da Hungria, Viktor Orbán. Nessa intervenção, Órban apontou dois problemas provenientes das negociações, nomeadamente a

“manutenção de comunistas na vanguarda dos media públicos e comerciais, (...) [e que] durante o processo de privatização os antigos comunistas conseguiram transferir dinheiro público para as suas próprias mãos” (Bózoki, 2000, p. 252).

Órban apresenta uma crítica às conversações, que levaram à fuga de capitais de empresas aquando do seu processo de privatização.

Outra questão relevante para o historiador húngaro sobre a compreensão das conversações prende-se com a falta de discussão em assuntos económicos. Bozóki entende que os membros das mesas redondas tinham como preocupação principal conquistar a soberania popular, ou a democracia pluralista, e estariam contra todas as outras organizações (...) com poderes monopolistas (Bózoki, 2000, p. 252). Convém referir, a propósito, que a priorização de assuntos pode ter tido a ver com os objetivos definidos pelos partidos. No caso da mesa da oposição, era expectável que a preocupação fosse a implementação de um sistema democrático. O mesmo já não se podia dizer da mesa nacionalista. A principal preocupação de alguns políticos residia na sua manutenção em cargos nos media ou a transferência ilícita de capital (Bózoki, 2000, p. 252).

Não havendo consenso relativamente à política económica, era de esperar que, depois de 1989, apesar de todas as expectativas das pessoas, os primeiros anos de transição trouxessem uma recessão profunda e longa (Czismadia, 2008, p. 13). Embora o seu maior interesse fosse em contribuir para as mudanças fundamentais e institucionais requeridas por uma nova democracia (Bózoki, 2000, p. 252), a oposição alega que não se sentiu com legitimidade para discutir assuntos relacionados com economia política (Bózoki, 2000, p. 252). Assim sendo, considera que apenas com a eleição de um novo governo é que poderiam vir a ser definidas as diretrizes de um conjunto de políticas.

Judt diz-nos que existem duas características em relação à Hungria: a primeira, a única transição de um regime comunista para um sistema multipartidário genuíno efetuada inteiramente a partir de dentro; e a segunda, que a transição na Hungria representou um

papel vital no desenrolar de outro regime comunista, o da Alemanha de Leste (Judt, 2005, p. 689).

3.4 A comparação das conversações em mesa redonda na Polónia e Hungria

Ainda sobre a comparação entre a Polónia e a Hungria, qual o impacto que as conversações em mesa redonda na Polónia e Hungria teriam tido na Alemanha e Checoslováquia. Autores como Arato e Miklósi, afirmam que “o começo das negociações na Polónia desencadeou uma corrente similar de eventos na Hungria, porém com diferentes resultados (Arato & Miklósi, 2010, p. 358). Para esta situação, o que se passou na Polónia não podia deixar de ter repercussão nas conversações da Hungria, atendendo às similaridades entre os dois países, a começar pelo descontentamento popular. Autores como Kennedy e Porter dizem que as negociações pacíficas da Polónia produziram um efeito não só na Hungria como noutras conversações.

Na verdade, o compromisso a que se chegou repercutiu-se igualmente nas mudanças de regimes em países como a Checoslováquia, onde a mobilização era tão elevada que os políticos da oposição poderiam facilmente liderar as massas contra os quartéis-generais e iniciar uma mudança violenta de regime (Kennedy & Porter, 2000, p. 46). Curiosamente, os mesmos autores sustentam que as conversações da Polónia podem servir como exemplo para a China, por entenderem que a democracia só pode surgir através de uma reconciliação e um acordo entre o Estado e a sociedade (Kennedy & Porter, 2000, p. 46).

Quanto a fatores de aproximação e afastamento nas negociações na Polónia e na Hungria, sucede que, em relação a outros países na órbita da União Soviética onde o mesmo modelo também se desenvolveu, existe uma diferença que importa relevar. Assim,

“enquanto as conversações polacas e húngaras representaram esforços para eliminar os regimes ditatoriais, as mesas redondas na RDA e Checoslováquia só surgiram depois das mudanças revolucionárias ocorrerem” (Bózoki, 2000, p. 241).

As circunstâncias que marcam a realização de mesas redondas nos vários países são influenciadas por razões distintas, uma vez na Alemanha Oriental ou na Checoslováquia ocorreram acontecimentos concretos que conduziram ao fim do

comunismo, como a queda do Muro de Berlim ou a dissolução do Governo pelo Partido Comunista.

Acresce que, relativamente às diferenças enunciadas, há ainda a referir que, tanto na Polónia como na Hungria, as negociações ocorrem num período de domínio do Governo do Partido Comunista nas decisões políticas dos dois países e, nessa medida, poderiam ainda reclamar um papel vital na sua transformação ou, então, fazer parte em conjunto [com as forças da oposição] (Arato & Miklósi, 2010, p. 358) No caso alemão (República Democrática) e checoslovaco, as conversações apenas assumiram um papel mais institucional e formal quando o governo já teria sido dissolvido, por questões alheias ao regime e que decorriam das relações com a União Soviética.

As diferenças de características dos regimes do General Jaruzelski, na Polónia, e Janos Kádár, na Hungria, podem ainda ser encontradas numa enumeração mais sucinta no Anexo 1. As principais prendem-se com os motivos que levaram ao surgimento da oposição e de que forma é que se consolidou. Se é um facto a existência de descontentamento nos povos em relação aos países de regimes comunistas, no que diz respeito à Polónia o detonador foram as greves de trabalhadores num estaleiro naval, que se alastram, depois, por todo o país como consequência da frustração popular devido ao aumento de preço de bens alimentares. A oposição, unida pelo descontentamento, mobiliza-se por intermédio de uma estrutura, o Solidariedade, que irá contar igualmente com o apoio da Igreja Católica e na personificação do Papa João Paulo II, com as sucessivas visitas a cidades polacas.

Relativamente à Hungria e os motivos que levam ao surgimento da oposição e a sua consolidação, desde 1956 que, com a Revolução de Budapeste, se verificou um crescendo de frustração dos jovens comunistas. Apesar da tentativa de apaziguamento com algumas políticas de Kádár, a insatisfação exprime-se com o aparecimento de forças políticas num país marcado por um sistema de partido único. Para tal situação, contribuem o contágio do processo polaco, bem como o lançamento de reformas por Gorbachev na União Soviética. A constituição de organizações de jovens e em partidos, com os casos mais conhecidos do MDF, FIDESZ ou SZDSZ, é considerada a resposta mais adequada para agregar o descontentamento popular. Além disso, se na Polónia à religião estava atribuído um papel mais marcante, devido à nacionalidade polaca do Papa e a sua luta contra regimes ditatoriais, na Hungria o mesmo não sucedia.. A própria população húngara procurava distribuir-se pelos vários partidos existentes para, desse modo, sentir-se representada.

Outra das características de divergência em relação à Polónia e à Hungria foca-se na questão dos participantes nas conversações em mesa redonda. No tocante à Polónia, os principais intervenientes foram, do lado governamental, o partido único, PZPR, representado pelo General Jaruzelski, que contou ainda com a participação dos representantes dos partidos satélites, ZSL e SD. Do lado da oposição, tivemos Lech Walesa e o movimento de trabalhadores, Solidariedade. À Igreja seria ainda reservada uma função moderadora, através das reuniões entre bispos e membros dos partidos.

Em relação ao processo negocial na Hungria, os representantes do poder instituído assumiram-se por intermédio do partido MSZMP, comandado do lado nacionalista Károly Grósz. Pela outra parte, fizeram-se representar os vários partidos em que estava organizada a oposição – o MDF, o FIDESZ e o SZDSZ. Tiveram igualmente participação nas negociações as organizações sociais associadas ao MSZMP. Porém, ao preverem que os resultados eleitorais poderiam ser pouco favoráveis ao partido, distanciaram-se.

Ainda outro ponto diferenciador em relação à Polónia está nos objetivos iniciais de cada país e os consequentes resultados alcançados pelas conversações em mesa redonda. A oposição na Polónia, não podendo antecipar que resultados poderiam as conversações produzir, optou por dar importância à legalização do movimento Solidariedade enquanto organização sindical. Consumado este ponto, foi possível ainda partir para a conceção de um novo sistema político regido por duas câmaras, o Sejm e o Senado, onde iriam participar o partido no poder e o movimento sobre a forma de partido.

Na Hungria, conhecendo-se o desenrolar do processo na Polónia, esperava-se desde logo a criação de um sistema político competitivo, multipartidário. Nesse sentido, deveria ser capaz de propor uma lei eleitoral para o novo Parlamento como resultado das conversações em mesa redonda. Verificaram-se, porém, alguns conflitos na definição do equilíbrio de poderes e, em consequência, os húngaros avançaram com a criação de um Tribunal Constitucional capaz de vigiar o cumprimento da Constituição pelas Instituições Políticas. Porém, acabou por não haver um consenso relativamente à distribuição de poderes e por isso, promoveu-se um referendo em relação a quem seria eleito primeiro, se o Presidente da República ou o Primeiro-Ministro.

Por fim, uma das principais conclusões que devem ser retiradas das conversações em mesa redonda é que

“[estas] e o seu resultado foram os mais importantes eventos num conjunto de enormes possibilidades para ação política num ambiente geopolítico incerto” (Kennedy & Porter, 2000, p. 114).

Desse modo, devem ser entendidos como “sinais de que seria possível começar negociações acerca da legalização da oposição, (...) e da oposição poder um dia vir a conseguir formar um governo” (Kennedy & Porter, 2000, p. 114). A nova liberdade obtida pela implementação dos direitos que os países em causa não desfrutavam desde os tempos da II Guerra Mundial, só foi alcançada após vários anos de manifestações de povos descontentes com o seu destino.

CONCLUSÃO

As conversações em mesa redonda consistiram num processo de negociação que ocorreu num país sob regime autoritário, tendo como participantes o governo em exercício e um/vários partido(s) da oposição. De um lado, uma força consolidada como oposição, composta por ideais distintos, que se foi afirmando, devido a fatores políticos, sociais e económicos ao longo do período que antecedeu a realização das conversações. Do outro, a presença de um partido político que governa e, por isso, em funções aquando da aprovação do início das conversações em mesa redonda. Como elemento moderador, a participação da Igreja Católica, de que se destaca a atuação nos “bastidores”, em reuniões secretas com líderes do PZPR.

Graças ao consenso entre governo e oposição, o método de negociações permitiu, pois, a definição de linhas essenciais do plano político a pôr em prática na Polónia. Nesse sentido, o principal debate deu-se em torno do sistema político. Sendo o sistema político de características típicas de regimes autoritários¹⁰, era necessário fazê-lo evoluir para a criação de instituições políticas democráticas, em que devia merecer lugar cimeiro a adoção de um método eleitoral democrático. Na nova arquitetura política, o modelo a seguir poderia assentar num sistema presidencial, parlamentar ou semipresidencial (com ou sem cariz parlamentar)¹¹.

As questões de ordem económica justificavam igualmente um tratamento condizente com a mudança que se perspetivava para a Polónia. Os regimes autoritários

¹⁰ Ver (Pasquino, 2010, p. 322)

¹¹ Ver (Pasquino, 2010, p. 370)

apoiam-se numa economia centralizada e planeada que dá pouco espaço à iniciativa privada. Em contraposição, os regimes democráticos atribuem particular ênfase à economia de mercado, onde pontifica a livre iniciativa. Ora, passando a Polónia por uma situação de crise económica que estivera na origem de um surto grevista por todo o país, as conversações constituíam o momento apropriado para repensar as suas estruturas económicas e, desse modo, dar resposta aos anseios da população. Neste contexto, o Solidariedade sentia-se com autoridade para pressionar a mudança de que a Polónia carecia.

Por outro lado, uma vez que os regimes autoritários limitam os meios de comunicação, a fim de manipular a informação que chega à população, nas conversações procurou-se assegurar a independência da imprensa perante o poder político. A livre criação de meios de comunicação como jornais é um exemplo desta exigência para uma nova situação democrática na Polónia. Ao mesmo tempo, em nome da liberdade de expressão, reclamava-se o fim da promiscuidade entre membros do poder em exercício e os meios de comunicação social como forma de condicionamento da sua linha editorial.

Como vimos, apesar de serem várias as causas que levaram à utilização do método das conversações em mesa redonda, existe ainda um pressuposto que não pode deixar de ser apontado: a consolidação que já dispunha de uma estrutura organizada na convicção de poder alcançar o seu grande objetivo mas que era a sua legalização como movimento até à transição democrática. A seu favor joga o descontentamento popular em relação ao regime vigente devido não só aos problemas económicos mas, também, aos limites impostos à expressão popular.

Nessa medida, torna-se evidente que se pretende garantir a abertura do sistema partidário, de predominância de partido único, sendo essa abertura uma das condições necessárias para a realização das conversações em mesa redonda. Na verdade, atendendo às referidas características do partido único polaco, só o facto de se propor a utilização do método referido de negociações já demonstra um importante ganho para a oposição enquanto partido ou movimento, ou em conjunto. Do mesmo modo, fica demonstrado o reconhecimento pelo regime vigente dos motivos que geraram a insatisfação popular, razão de ser do surgimento do movimento que se consubstanciou no Solidariedade.

No que diz respeito às condições necessárias para a realização das conversas de mesa redonda, a existência de uma entidade capaz de desempenhar um papel moderador, como sucedeu com a Igreja no caso polaco, não decorre de uma condição mas sim do reconhecimento de uma vantagem para ambas as partes e, por isso, é considerado um

elemento facultativo no processo negocial. Por essa razão, a existência deste papel moderador pode assumir maior ou menor incidência dependendo de dois fatores. O primeiro depende da abertura por parte do partido no governo que poderá não reconhecer o papel da oposição. O segundo fator respeita às pretensões que a oposição tenha em relação ao resultado final das negociações. Ou seja, caso a oposição defenda uma transição democrática contra a vontade de um governo de regime autoritário, pode ser necessário o recurso ao papel moderador por parte de um organismo internacional, sob pretexto de querer ver os seus objetivos em pé de igualdade em relação às pretensões do governo.

Neste estudo, analisou-se a aplicação do método das conversações em mesa redonda na Polónia e Hungria. Conforme resulta da análise realizada, o método apresentou características diversas devido, aparentemente, questões temporais. Tendo o primeiro modelo semelhante de negociação ter ocorrido em Londres (em relação ao Paquistão e à Índia), as conversações na Polónia, por serem as primeiras desde o período do colonialismo britânico, forneceram uma perspetiva à oposição em relação à concretização de um sistema democrático. Assim, foi possível a aprovação das pretensões da oposição de legalização do movimento Solidariedade, bem como a aceitação de um sistema bicameral onde o partido único manteria poderes, juntamente com a manutenção do General Jaruzelski como Chefe de Estado.

A oposição na Hungria, ao verificar que o resultado eleitoral resultante do método de conversações da Polónia fora bastante positivo no caminho para a transição para a democracia (por ter eleito mais membros da oposição do que do PZPR), aproveitou o momento, mas viria a incidir as suas pretensões apenas sobre a negociação das condições de realização de eleições livres e justas. Tal significa que, de caso para caso, pode haver diferenças explicadas pelo circunstancialismo local. Voltando à Polónia, constata-se que a oposição ambicionava obter concessões em relação a alguns princípios democráticos, mas não exigiu a reforma total do regime. No seu entendimento, só deveria produziu-se mediante os resultados eleitorais.

Uma crítica às negociações em mesa redonda na Polónia e Hungria reside na pouca importância concedida à discussão económica. Durante o período em que decorreram as conversações, a situação em ambos os países caracterizava-se pela pouca performance económica. Por isso, as suas populações, descontentes com as crescentes dificuldades com o aumento do custo de vida acreditavam que a mudança das instituições políticas podia conduzir ao desenvolvimento de um novo sistema económico, certamente

mais capaz de criar um ambiente promissor na vida do país. Sentia-se que se chegara ao limite de um regime fechado e sem horizonte

As conversações em mesa redonda afirmam-se, pois, como o método adequado à solução de conflitos internos de um país devido pela forma como envolve as partes em clara divergência ou já à beira da rotura social devido a situações de descontentamento popular que, não resolvidas atempadamente, podem despoletar guerras civis. Mas as negociações só são possíveis com a perspectiva de ser conseguido um consenso. Este consenso, que pode diferir por diferentes motivos, está obviamente ligado à postura de cada uma das partes e, normalmente, requer cedências.

Numa simulação de modelos para regimes ditatoriais atuais, este método é apenas possível em condições em que exista uma oposição organizada. Caso contrário, o governo de um regime vigente com características ditatoriais sentir-se-á legitimado nas suas funções. Por isso, a oposição é indispensável em qualquer processo conducente à transição para a democracia. A questão está em como exprime as suas discordâncias ou apresenta as suas propostas de mudanças políticas. Uma oposição em dificuldade de afirmações das suas inquietações e valores vê-se muitas vezes estrangida a utilizar formas de divulgação da sua mensagem através de manifestações ilegais e redes de comunicação clandestina. Porém, nalgumas situações extremas, pode inclusivamente optar por um protesto que extravase formas de ação política não convencional, como sucedeu com o ataque lançado por um piloto desesperado, a partir de um helicóptero, contra o Supremo Tribunal e o Ministério do Interior na Venezuela (Lusa, 2017).

A existência de um papel moderador por parte de instituições locais ou internacionais torna-se necessário quando parece impossível estabelecer um diálogo que favoreça a superação de posições que se apresentam como irreconciliáveis. Quem exerce o poder e deixou de ter margem de manobra para ser aceite, é quase sempre renitente a reconhecer a ceder. Enquanto na Polónia foi possível compreender as razões da oposição em relação ao comportamento do PZPR., na situação húngara, o facto de o MSZMP ter adotado um comportamento mais benevolente em relação à oposição não colocou qualquer necessidade de recorrer a uma intermediação.

Verifica-se, assim, que o comportamento intransigente do partido único de um regime ditatorial que torna necessária a existência de um papel moderador. Ora, no caso de um país que tenha uma oposição organizada e participativa, com um partido único que não procure negociações em mesa redonda, a solução passa por um diálogo da comunidade internacional, com a consequente intermediação diplomática a fim de se

chegar a um acordo que satisfaça as partes envolvidas. No entanto, a intervenção internacional deve servir como última solução para o caso de não aceitação de negociações por parte do regime local. Quando assim acontece, sua função não tem outra finalidade que não seja a de facilitador de diálogo.

Em relação aos resultados que podem surgir provenientes das conversações em mesa redonda, têm normalmente em conta quer as expetativas criadas, quer o comportamento dos interlocutores. A oposição define as suas expetativas com base na realidade local e no acesso que lhe criado na comunidade internacional. Isto depende, sobretudo, se a oposição consegue ver projetadas as suas causas nos meios de comunicação do exterior. Tal dependendo também do tipo de regime, em que o acesso pode ou não ser limitado. Em países onde exista pouco acesso aos ideais democráticos internacionais, a oposição resiste com menos expetativas de liberalização do regime. Quando se trata de países onde o acesso às redes internacionais não é restrito, existe uma clara consciência de associação ao desenvolvimento a democracia e a oposição tem esperança numa progressiva democratização do regime. Os governos comunistas, ao serem confrontados com o declínio do regime, mostram por vezes o interesse em conversações em mesa redonda, numa tentativa já desesperada de continuarem a ser reconhecidos e manterem o máximo de poder.

No entanto, os bons resultados com o método das conversações em mesa redonda apenas podem ser obtidos se registarem concessões governamentais aos partidos, como a legalização de movimentos. Só dessa maneira se pode criar as condições para uma transição normal para a democracia. Nos modelos utilizados na Polónia, Hungria, Checoslováquia, Alemanha do Leste e Bulgária, revelou-se, indubitavelmente, como um passo importante e consolidador do processo democrático, mas, há que referi-lo, um insucesso no que diz respeito à definição de políticas económicas. De qualquer modo, valorizando essencialmente os resultados políticos que conduziram inegavelmente à instauração regimes democráticos, crê-se que não se está perante um modelo esgotado ou limitado, mas, sim, de possível aplicação na sociedade atual.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aisch, G., Pearce, A., & Rosseau, B. (20 de Março de 2017). *Swinging to the Right?* Obtido de The New York Times: <https://www.nytimes.com/interactive/2016/05/22/world/europe/europe-right-wing-austria-hungary.html>
- Arato, A., & Miklósi, Z. (2010). Constitution Making and Transnational Politics in Hungary. Em L. (. Miller, *Framing The State in Times of Transition: Case Studies in Constitution Making* (pp. 350-390). Washington: United States Institute of Peace Press.
- Barnes, S., & Kaase, M. (1979). *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies, Beverly Hills*. Londres: Sage.
- Bernstein, C., & Politi, M. (1996). *His Holiness: John Paul II And The History Of Our Time*. New York.
- Bózoki, A. (2000). The Roundtable Talks of 1989: Participants, Political Visions and Historical References. *Hungarian Studies*, 14(2), pp. 241-257.
- Broniatowski, M. (05 de 07 de 2017). *Politico*. Obtido em 06 de 07 de 2017, de Politico Newspaper Web site: <http://www.politico.eu/article/trumps-plans-to-praise-walesa-irk-polish-government/>
- Brown, A. (2010). *Ascensão e Queda do Comunismo*. Alfragide: Dom Quixote.
- Carothers, T. (Janeiro de 2002). The End of the Transition Paradigm. *Journal of Democracy*, 13(I), pp. 5-21.
- Czismadia, L. (2008). The Transition Economy of Hungary between 1990 and 2004. *Aarhus Business School - Universidade de Aarhus, Tese de Mestrado em Finanças e Gestão Internacional*.
- Erlich, É., & Révész, G. (1995). *Hungary and Its Prospects 1985-2005*. Budapeste: Akademiai Kiado.
- Fischer, B. A. (2010). US foreign policy under Reagan and Bush. Em M. & Leffler, *The Cambridge History of Cold War Volume III Endings* (pp. 267-288). Cambridge: Cambridge University Press.
- Friszke, A. (1994). *Opozycja polityczna w PRL 1945-1980*. Londres: Aneks.
- Gaddis, J. L. (2007). *A Guerra Fria*. Lisboa: Edições 70.
- Gebethner, S. (1997). Free Elections and Political Parties in Transition to Democracy in Central and Southeastern Europe. *International Political Science Review*, 18(4), pp. 381-399.
- Haftendorn, H. (2010). The unification of Germany, 1985-19991. Em M. & Leffler, *The Cambridge History of Cold War Volume III Endings* (pp. 333-355). Cambridge: Cambridge University Press.
- Holmes, L. (1997). *Post-Communism: An Introduction*. Oxford: Polity Press.
- Judt, T. (2005). *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70.
- Kennedy, M., & Porter, B. (2000). *Negotiating Radical Change: Understanding and Extending the Lessons of the Polish Round Table*. Michigan: U-M Center for Russian and Eastern European Studies.

- Kennedy, M., & Porter, B. (2000). *Negotiating Radical Change: Understanding and Extending the Lessons of the Polish Round Table*. Michigan: U-M Center for Russian and Eastern European Studies.
- Kennedy, M., & Porter, B. (2000). *Negotiating Radical Change: Understanding and Extending the Lessons of the Polish Round Table*. Michigan: U-M Center for Russian and Eastern European Studies.
- Lévesque, J. (2010). The East European revolutions of 1989. Em M. & Leffler, *The Cambridge History of The Cold War Volume III Endings* (pp. 311-332). Cambridge: Cambridge University Press.
- Lusa. (28 de Junho de 2017). *Venezuela. Ataque lançado a partir de helicóptero contra Supremo Tribunal e Ministério do Interior*. Obtido de Observador: <http://observador.pt/2017/06/28/venezuela-ataque-lancado-a-partir-de-helicoptero-contra-supremo-tribunal/>
- Mastny, V. (2004). Did Gorbachev Liberate Eastern Europe? Em O. Njølstad, *The Last Decade of the Cold War: From Conflict Escalation to Conflict Transformation* (pp. 402-420). Abingdon, Inglaterra: Routledge.
- Millard, F. (2003). Poland. Em S. White, & J. & Batt, *Developments in Central and East European Politics* (pp. 23-40). Basingstoke, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Mitchell, N. (2010). The Cold War and Jimmy Carter. Em M. & Leffler, *The Cambridge History of Cold War Volume III Endings* (pp. 66-88). Cambridge: Cambridge University Press.
- Pasquino, G. (2010). *Curso de Ciência Política*. Cascais: Príncipeia.
- Pittaway, M. (2003). Hungary. Em S. White, & J. & Batt, *Developments in Central and East European Politics* (pp. 57-73). Basingstoke, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Pons, S. (2010). The rise and fall of Eurocommunism. Em M. & Leffler, *The Cambridge History of Cold War Volume III Endings* (pp. 45-65). Cambridge: Cambridge University Press.
- Racz, B. (1991). Political Pluralisation in Hungary: The 1990 Elections. *Soviet Studies*, 43(1), pp. 107-136.
- Resende, M. M. (2011). Transformando a nação: os nacionalismos dos partidos de centro-direita em Espanha e na Polónia. *Análise Social*, XLVI(201), pp. 741-764.
- Resende, M. M., & Zatyka, M. (2014). A história menos conhecida: A Igreja Católica polaca na transição para a democracia. *Relações Internacionais*, 43, 43-50.
- Saikal, A. (2010). Islamism, the Iranian revolution, and the Soviet invasion of Afghanistan. Em M. & Leffler, *The Cambridge History of Cold War Volume III Endings* (pp. 112-134). Cambridge: Cambridge University Press.
- Sandecki, M., & Was, M. (24 de Agosto de 2010). *Wyborcza*. Obtido de Wyborcza: http://wyborcza.pl/1,76842,8286623,Duda_za_Sniadka_.html
- Shipler, D. (9 de Dezembro de 2017). *Reagan and Gorbachev Sign Missile Treaty and Vow to Work for Greater Reductions*. Obtido de The New York Times: <http://www.nytimes.com/1987/12/09/politics/09REAG.html?pagewanted=all>
- Wolpert, S. (2012). *Shameful Flight (1st ed.)*. Karachi, Pakistan: Oxford University Press.
- Zubok, V. (2010). Soviet foreign policy from détente to Gorbachev, 1975-1985. Em M. & Leffler, *The Cambridge History of Cold War Volume III Endings* (pp. 89-111). Cambridge: Cambridge University Press.

ANEXOS

ANEXO A – Sintetização das características das conversações em mesa redonda

1. CARACTERÍSTICAS DAS CONVERSAÇÕES EM MESAS REDONDAS

Tabela 1- Características das Conversações em Mesa Redonda na Polónia e Hungria

País	Polónia	Hungria
Caraterísticas		
Motivos de surgimento da oposição em relação ao regime comunista	-Aumento de preço de bens alimentares; -Frustração de trabalhadores e operários.	-Frustração dos jovens comunistas; -Influência do caso polaco.
Consolidação da Oposição através de:	-Movimento Solidariedade; -Igreja Católica (Papa João Paulo II).	-Organizações de jovens; -Aparecimento de Partidos como FIDESZ, MDF ou SZDSZ.
Participantes nas conversações de mesa redonda	-PZPR (com ZSL/SD) -Solidariedade. -Igreja Católica.	- MSZMP; - MDF, FIDESZ, SZDSZ e FKGP; -Organizações sociais distantes do MSZMP.
Expetativas iniciais	-Legalização do movimento Solidariedade; -Novo sistema político bicameral; -Representação partidária de ambos os partidos no Sejm.	-Criação de um sistema político competitivo/Lei eleitoral para a Assembleia-Geral; -Criação de um Tribunal Constitucional.
Objetivos/ Concretizações das conversações de mesa redonda	-Eleição do PZPR por um ano no Sejm; -Manutenção do General Jaruzelski durante um ano; -Futuras eleições Presidenciais (vitória de Lech Walesa) -Eleição do Solidariedade em 99 dos 100 lugares do Senado.	-Criação de um sistema multipartidário genuíno; -Criação de um Tribunal Constitucional; -Referendo sobre o tipo de sistema político em 1989.

Fonte: (Arato & Miklósi, 2010, p. 357); (Gebethner, 1997, p. 384); (Lévesque, 2010, p. 312); (Lévesque, 2010, p. 321); (Pittaway, 2003, p. 60); (Pittaway, 2003, p. 61); (Resende & Zatyka, 2014, p. 43); (Resende & Zatyka, 2014, p. 48).